



**GRUPO  
PARLAMENTAR**  
**Partido Socialista**  
**AÇORES**

Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia Legislativa  
da Região Autónoma dos Açores

Horta, 2 de Julho de 2010

**Assunto:** Relatório sobre matéria de interesse regional - Um novo ciclo para a Agricultura dos Açores - "Os novos desafios da PAC"

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entrega à mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a Vossa Excelência, para efeitos de admissão, o Relatório sobre matéria de interesse regional - Um novo ciclo para a Agricultura dos Açores - "Os novos desafios da PAC", requerendo que o mesmo baixe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 82.º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Mais informo que este Grupo Parlamentar prescinde da apresentação deste relatório em Plenário referida no artigo supracitado.

Com os melhores cumprimentos,

**O Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista**

**Helder Guerreiro Marques da Silva**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada <b>2672</b>	Proc. N.º <b>28.00</b>
Data <b>10/07/10</b>	<b>5/1x</b>



**GRUPO  
PARLAMENTAR**  
**Partido Socialista**  
**AÇORES**

## **UM NOVO CICLO PARA A AGRICULTURA DOS AÇORES**

### **“OS NOVOS DESAFIOS DA PAC”**

**O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,**

**Os deputados**

**António Parreira**

**Benilde Oliveira**

**Duarte Moreira**

**Piedade Lalanda**

**Rogério Veiros**

**Junho 2010**



<i>Índice</i>	<b>Pág.</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>4</b>
<b>1- - Enquadramento sócio demográfico e sócio económico da Agricultura nos Açores .....</b>	<b>7</b>
<b>1.1 – O território insular .....</b>	<b>7</b>
<b>1.2 - A população e a ocupação do território insular .....</b>	<b>8</b>
<b>1.3 – O envelhecimento demográfico .....</b>	<b>9</b>
<b>1.4 – A população de activos jovens na agricultura .....</b>	<b>10</b>
<b>2- A agricultura na Economia da Região Autónoma dos Açores .</b>	<b>11</b>
<b>2.1 – A agricultura como sector potencial para a     criação de emprego .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 – A agricultura como actividade dominante no     sector primário dos Açores na actualidade .....</b>	<b>16</b>
<b>2.3 - A agro-pecuária e o ordenamento do território ...</b>	<b>18</b>
<b>2.3.1 Ordenamento do território e protecção do         ambiente .....</b>	<b>18</b>
<b>2.3.2 Dimensão média das explorações .....</b>	<b>20</b>
<b>2.4 – A fileira da carne .....</b>	<b>21</b>
<b>2.5 – A fileira do leite .....</b>	<b>22</b>
<b>2.5.1 Regime de quotas leiteiras .....</b>	<b>24</b>
<b>2.5.2 Produção de leite nos Açores no contexto         nacional .....</b>	<b>25</b>
<b>2.5.3 – Transformação de Produtos do leite .....</b>	<b>26</b>
<b>2.6 – IIIº e IVº Quadros Comunitários de Apoio ao     desenvolvimento da Agricultura na Região     Autónoma dos Açores .....</b>	<b>27</b>
<b>3- Os desafios para o futuro (pontos fortes e pontos fracos do sistema produtivo regional) .....</b>	<b>31</b>
<b>3.1 – Contexto histórico .....</b>	<b>31</b>



3.2 – Ordenamento do território .....	32
3.3 - Agricultura – leite, carne e outras produções .....	33
3.4 – As quotas leiteiras .....	35
3.5 - A indústria de lacticínios .....	36
3.6 – A produção de carne .....	36
3.7 – A diversificação Agrícola .....	37
4- Conclusões e recomendações para uma nova PAC .....	39
5- SÚMULA .....	45
Anexos .....	46
Fontes consultadas .....	47

## 0. Introdução

O Futuro da Política Agrícola Comum encontra-se em debate público. Nas palavras do Comissário Dacian Ciolos (Feira de Santarém, Junho 2010), “a PAC diz respeito a todos os europeus e, portanto, a fixação dos seus objectivos deve reflectir as expectativas da sociedade”.

Em Junho, o Grupo de Alto Nível de peritos para o sector do leite, criado pela Comissão Europeia, apresenta o seu relatório, o qual servirá de base à posição final da Comissão.

Em Julho, a Comissão Europeia organizará uma conferência de síntese do debate público, esperando retirar ideias fortes para construir a sua comunicação sobre o futuro deste sector, a PAC pós 2013, que será apresentada no final do ano.

Considerando o momento que o sector do leite dos Açores está a viver, quanto à indefinição da manutenção do regime das quotas e dos apoios a vigorar na nova PAC.

Considerando a importância estratégica que o sector representa para a Região Autónoma dos Açores, com impactos directos e indirectos na sua actividade económica e social, e ainda para a sua sustentabilidade e biodiversidade, internacionalmente reconhecida.

Considerando a importância do sector para a fixação de população nas zonas rurais, com a consequente preservação da identidade cultural, paisagística e ambiental.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista/Açores decidiu criar um grupo de trabalho interno, com a missão de auscultar os intervenientes neste importante sector económico e social dos Açores.

O trabalho realizado, de audições, visitas e contactos institucionais e informais permitiu a realização do presente Relatório sobre os **Novos Desafios da Agricultura na Região Autónoma dos Açores Pós-2013**, cumprindo desta forma um dos poderes que

aos Deputados é atribuído no Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Resolução n.º15/2003/A de 26 de Novembro), no seu artigo 11.º, n.º 2, alínea e) “apresentar relatórios sobre matérias de interesse regional”.

A reforma da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia em 2013 e o desmantelamento do Regime de Quotas Leiteiras, já anunciado para 2015, terão certamente impactos sobre o desenvolvimento da agricultura na Região Autónoma dos Açores, pelo que esta temática constitui uma “matéria de interesse regional”.

Para além disso, a elaboração deste relatório nos Açores constitui um documento para reforçar a posição que os representantes da Região, nomeadamente do Governo Regional, irão defender nos organismos nacionais em sede de reforma da PAC, e da União Europeia, onde por sinal os Deputados dos Açores no Parlamento Europeu são membros da Comissão que trata do tema Agricultura.

Foi delineado um plano de trabalho (Anexo I), destacando-se a participação no XII Congresso Regional de Agricultura (Abril 2010), na Feira de Santarém (Junho 2010), para além do contacto com diversas entidades regionais e nacionais.

Procurando responder às questões colocadas pela própria Comissão Europeia, ao nível da audição pública dos cidadãos sobre a reforma da PAC, o presente relatório reflecte, sobretudo, o resultado das audições efectuadas.

Após entrega formal na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e discussão em sede de Comissão Parlamentar, será enviado aos vários intervenientes com poderes decisórios nesta matéria, quer nacionais quer comunitários, bem como a todas as entidades que acederam colaborar nesta análise.

Por esta via, o presente relatório, mais do que a análise de um grupo de deputados é também uma síntese das opiniões e posições manifestadas pelas diferentes entidades quando questionadas sobre o futuro que prevêem e ambicionam para a agricultura nos Açores, em particular perante a Reforma da PAC e o desmantelamento do regime de quotas leiteiras.

O presente relatório está estruturado em quatro partes:

- Enquadramento sócio demográfico e sócio económico da Agricultura nos Açores
- A produção agrícola nos Açores (leite, carne e outros sectores)
- Desafios para o futuro agrícola da Região (pontos fortes e pontos fracos do sistema produtivo regional)
- Propostas e recomendações

## **1. Enquadramento sócio demográfico e sócio económico da Agricultura nos Açores**

### **1.1. O território insular**

Os Açores são nove ilhas com características geográficas e sócio demográficas distintas.

Em termos geofísicos, as ilhas divergem em área, desde os 17,1km<sup>2</sup> do Corvo aos 744,6 km<sup>2</sup> de São Miguel e altitude, desde os 402 metros da Graciosa aos 2351 metros do Pico.

O povoamento dos Açores no século XV definiu uma ocupação distinta das ilhas condicionada pela maior ou menor acessibilidade ao mar e pelas condições climatéricas, nomeadamente, os ventos.

As populações encontraram nas zonas mais baixas, até aos 300 metros, os terrenos ideais para o cultivo dos alimentos, a produção de cereal e a construção das suas habitações. Actualmente, a densidade populacional, maior na faixa costeira é diferente, em cada uma das ilhas, indo desde os 28,5 hab/Km<sup>2</sup> no Corvo aos 179,7 hab/km<sup>2</sup>, em São Miguel.

Considerando que, são diferentes, a área e a de densidade ocupacional de cada uma das ilhas, não é difícil de verificar que também é diferente a sua superfície agrícola útil (SAU), oscilando entre os 982 *ha* do Corvo e os 41075 *ha* de São Miguel. No entanto, se compararmos o peso relativo da área de cada ilha no total do arquipélago e o peso relativo da SAU, registada no Recenseamento Geral Agrícola de 1999, era superior, pelo menos para cinco das nove ilhas, aliás aquelas em que a SAU se alterou nos últimos dois recenseamentos agrícolas, tendo aumentado em São Miguel, Terceira e Graciosa e diminuído nas Flores e no Corvo.



**Quadro 1 - Características do território das ilhas açorianas**

Ilha	Área		Altitude Máxima	Densidade Populacional	Superfície Agrícola Útil (SAU)		Diferença entre 1989 e 1999 (RGA/INE)
	Km2	%			ha	%	
<b>Ano de Ref<sup>a</sup></b>	<b>2008</b>		<b>2008</b>	<b>2008</b>	<b>RGA 1999</b>		
<b>Unidade</b>	<b>Km2</b>	<b>%</b>	<b>Metros</b>	<b>Hab/km2</b>	<b>ha</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
Sta. Maria	96,9	4,17	587	57,5	4222	3,48	-7
São Miguel	744,6	32,07	1103	179,7	41075	<b>33,86</b>	<b>+3</b>
Terceira	400,3	17,24	1021	139,7	24357	<b>20,08</b>	<b>+6</b>
Graciosa	60,7	2,61	402	80,9	3379	<b>2,79</b>	<b>+5</b>
São Jorge	243,6	10,49	1053	38,9	11433	9,43	-1
Pico	444,8	19,16	2351	33,4	19209	15,84	+9
Faial	173,1	7,45	1043	90,3	8645	7,13	-2
Flores	141,0	6,07	914	29,2	8003	6,60	-13
Corvo	17,1	0,74	718	28,5	982	0,81	-15
<b>Total RAA</b>	<b>2322,0</b>	<b>100,0</b>	<b>2351</b>	<b>105,4</b>	<b>122.763</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: Anuários estatísticos da RAA, SREA/INE, 2008 e RGA/INE 1989-1999.

### 1.2 – A população e a ocupação do território insular

Se considerarmos a ocupação humana do território, de acordo com os dados do Censos de 2001, os aglomerados populacionais não ultrapassam os 2000 habitantes, sobretudo em sete ilhas. Apenas em São Miguel e Terceira se encontram aglomerados com mais de 2000 habitantes ou mesmo com mais de 10.000.

Segundo o anuário estatístico de 2008, um terço dos habitantes de três ilhas (São Miguel, Terceira e Faial) reside em contexto citadino (30,32%), sendo que na Terceira esse valor é apenas de 22,4%, no Faial atinge 28,5% da população residente e em São Miguel ultrapassa a média com 42,8% do total da população a residir em contexto urbano.



## Quadro 2 - Ocupação do território/população

Ilha	Total residentes	Pop. Residente em cidades		Distribuição por escalões de dimensão populacional (2001)				
		2008		Isolado	Até 1999	De 2000 a 4999	De 5000 a 9999	De 10.000 a 99.999
Ano ref <sup>a</sup>	2008	2008		Isolado	Até 1999	De 2000 a 4999	De 5000 a 9999	De 10.000 a 99.999
Unidade	Hab.	Hab	%	Hab.	Hab.	Hab.	Hab	Hab.
Sta. Maria	5574	0		29	5549			
São Miguel	133816	57231	42,8	867	41779	42434	26536	19993
Terceira	55923	12536	28,5	1055	33988	10569		10221
Graciosa	4910			51	4729			
São Jorge	9473			167	9507			
Pico	14850			170	14636			
Faial	15629	4459	22,4	306	10298			
Flores	4117			68	3927			
Corvo	488			0	425			
<b>Total RAA</b>	<b>244780</b>	<b>74226</b>	<b>30,3</b>	<b>2713</b>	<b>124838</b>	<b>57462</b>	<b>26536</b>	<b>30214</b>
%				1,11	<b>51,06</b>	23,50	10,85	12,36

Fonte: Anuário Estatístico SREA/INE, 2008

Os últimos dados sobre a população açoriana, registam uma taxa de crescimento efectivo positivo no total do arquipélago (0,32%). No entanto se olharmos à realidade de cada uma das ilhas, podemos verificar que esse crescimento foi diferenciado, sendo mesmo negativo no caso de São Jorge (-0,20%).(ver quadro 3)

### 1.3 – O envelhecimento demográfico

Atendendo à distribuição da população por grupo etário, conclui-se que São Miguel regista a percentagem mais elevada de jovens. Por sua vez, as ilhas Graciosa e Pico registam um número mais significativo de idosos, superior à média regional e as menores percentagens de jovens com menos de 14 anos, contribuindo por esse facto para que o índice de envelhecimento nestas duas ilhas seja dos mais elevados do arquipélago.

**Quadro 3 - Distribuição da população por ilha e por grupo etário.**

Ilha	Taxa cres.	0 a 14 anos		15 a 24 anos		25 a 64 anos		65 e + anos		Total população	Índice envelh.
	efectivo	fre	%	freq	%	Freq	%	Freq	%		
Sta. Maria	0,16	983	17,64	828	14,85	3073	55,13	690	12,38	5574	70,2
São Miguel	0,40	28022	<b>20,94</b>	21235	15,87	71000	53,06	13559	10,13	133816	48,4
Terceira	0,14	9689	17,33	8045	14,39	30594	54,71	7595	13,58	55923	78,4
Graciosa	0,63	693	<b>14,11</b>	683	13,91	2553	52,00	981	<b>19,98</b>	4910	<b>141,6</b>
São Jorge	-0,20	1387	14,64	1351	14,26	5074	53,56	1661	17,53	9473	119,8
Pico	0,07	1969	<b>13,26</b>	1930	13,00	8120	54,68	2831	<b>19,06</b>	14850	<b>143,8</b>
Faial	0,65	2566	16,42	2026	12,96	8795	56,27	2242	14,35	15629	87,4
Flores	0,44	581	14,11	553	13,43	2245	54,53	738	17,93	4117	<b>127,0</b>
Corvo	1,86	44	9,02	50	10,25	305	<b>62,50</b>	89	18,24	488	<b>202,3</b>
<b>Total RAA</b>	<b>0,32</b>	<b>45934</b>	<b>18,77</b>	<b>36701</b>	<b>14,99</b>	<b>131759</b>	<b>53,83</b>	<b>30386</b>	<b>12,41</b>	<b>244780</b>	<b>66,2</b>

Fonte: Anuário Estatístico SREA/INE, 2008

#### 1.4 – A população de activos jovens na agricultura

Os dados acima referidos apontam para um envelhecimento acentuado de algumas ilhas, no entanto, de acordo com as estatísticas agrícolas<sup>1</sup>, os Açores mantêm no contexto nacional uma população de activos neste sector bastante jovem. Este é um facto importante para evitar o risco de abandono das terras e contrasta com os valores registados a nível nacional onde a média dos produtores singulares com mais de 55 anos se situa em 73,4%, em alguns casos bastante acima como ocorre no Algarve (83,5%), na Beira Interior (80,3%) ou mesmo na Madeira (75,2%).

#### Quadro 4 - Produtores agrícolas nos Açores

<sup>1</sup> Indicadores agro-ambientais, 2009:75-76

Ano de Ref <sup>a</sup>	Total	Produtores que pretendem continuar na actividade agrícola		Produtores com 55 ou mais anos	
		Freq.	%	Freq	%
2003	16014	15039	93,9	7540	47,0
2005	15107	14046	93,0	7471	49,4
2007	13010	12518	96,2	6564	50,4

Fonte: Indicadores agro-ambientais (1998-2007)

Por outro lado, considerando o número de agricultores que pretende continuar a actividade, os Açores registam um número crescente de intenções positivas, superior à média nacional. De referir a propósito que entre as razões apontadas para permanecer na actividade e depois do factor afectivo (50%), “os produtores consideraram que as suas explorações agrícolas eram economicamente viáveis (35,6%)<sup>2</sup>”. Ao invés de outras regiões, “apenas 7,2% apontaram a falta de outra alternativa profissional à actividade na sua exploração como razão para continuar”.

De acordo com os dados publicados no PRORURAL, cerca de um quinto (18,1%) dos produtores açorianos tinham menos de 40 anos (2005), ao invés do que se verificava à época no continente português (8,2%).

Comparativamente com as restantes regiões do País, a RAA apresenta uma média de idade dos produtores agrícolas de 55 anos, face aos 63 anos do resto do País.

## 2 - A agricultura na Economia da Região Autónoma dos Açores

O sector primário continua a ter uma grande importância na estrutura sócio económica da Região Autónoma dos Açores, contribuindo com 7,3% do VAB em 2007 e 11% do emprego da Região.

<sup>2</sup> Indicadores Agro-ambientais, 2009:77

Segundo dados do INE, existiam em 2007 13.514 explorações nos Açores, as quais ocupavam uma Superfície Agrícola de 112.054 ha, sendo a dimensão média das explorações de 8,5 ha, sendo elevado dado a dispersão e a orografia do território.

A evolução recente das explorações agrícolas na RAA evidência um decréscimo no seu número (diminuição de 31,8% entre 1999 e 2007), mas em contrapartida aumentou a área média por exploração, o que indicia a preocupação no emparcelamento.

A SAU por conta própria nos Açores é bastante mais reduzida que nas restantes regiões do País, dedicando-se os agricultores na sua maioria a tempo inteiro a actividade agrícola.

A importância que o sector primário (ver quadro seguinte) particularmente a agricultura mantém nos Açores, é um importante indicador do valor que a terra e o trabalho agrícola representam como vectores de desenvolvimento da economia regional, para além de serem definidores da organização territorial e social.

A estrutura económica açoriana contempla uma forte tradição agrícola. Embora o sector primário e as agro-indústrias tenham perdido alguma importância económica, em favor do sector terciário, permaneceram até à presente data como uma importante fonte de riqueza regional, contribuindo para o rendimento de muitos açorianos.

#### **Quadro 5 - Distribuição da população empregada segundo o sector de actividade económica (%)**

	<b>Primário</b>	<b>Secundário</b>	<b>Terciário</b>
<b>1999</b>	13,7	29,0	57,2
<b>2004</b>	12,6	26,4	61,1
<b>2006</b>	12,5	26,0	61,7
<b>2008</b>	12,8	26,9	60,3

Fonte: SREA/INE, Anuários estatísticos

Para além disso, a predisposição e a motivação dos agricultores açorianos para continuarem na actividade é indicador de como este sector é estratégico, na criação de riqueza e de emprego.

Refira-se a propósito que a criação de emprego nas zonas rurais é de extrema importância para as políticas da União Europeia. Nesse sentido, no dizer do Comissário Europeu para a Agricultura, Dacian Ciolos (Santarém, Junho 2010), “é importante reforçar a dinâmica agrícola, atraindo jovens, ajudando-os a superar os desafios que representa a sua instalação nesta área”.

Segundo as Contas Regionais de 2008 o Valor Acrescentado Bruto (VAB), do sector agrícola representa 7,3% do total da Região, enquanto esse valor é apenas de 2,1% a nível nacional. Este indicador confirma a importância do sector agrícola para a economia dos Açores.

### **2.1 - A agricultura como sector potencial para a criação de emprego**

Apesar do aumento exponencial do emprego no sector dos serviços (terciário), o peso relativo dos três sectores tem mantido alguma estabilidade. Em 2008, a população empregada no sector primário representava 12,8% do total.

Se atendermos à distribuição por sexo dos trabalhadores nos três sectores, verificamos que é crescente o número de mulheres a exercer uma actividade económica, sobretudo no terciário, mas com expressão cada vez mais significativa nos outros dois sectores.

**Quadro 6 - Distribuição da população empregada por sectores e por sexo  
(número de trabalhadores)**

	Total da população empregada			Pop. Empregada Sector Primário			Pop. Empregada Sector Secundário			Pop. Empregada Sector Terciário		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>1999</b>	100.300	64.600	36.600	13.700	13.700	-	29.100	24.800	4.300	57.400	27.300	30.200
<b>2004</b>	104.900	66.700	38.100	13.200	12.100	1.100	27.700	23.200	4.500	64.100	31.400	32.600
<b>2006</b>	107.500	66.800	40.700	13.400	12.500	900	27.900	23.100	4.700	66.300	31.100	35.100
<b>2008</b>	111.200	67.800	43.400	14.200	13.000	1.200	29.900	25.200	4.700	67.000	29.600	37.400

Fonte: SREA/INE, Anuários estatísticos

De acordo com os dados publicados no anuário estatístico de 2008, apenas 2,8% das mulheres empregadas possui uma actividade no sector primário. Por sua vez, quando se analisa as estatísticas agrícolas verificamos que dos produtores singulares femininos nos Açores, representam apenas 15% do total de produtores, enquanto a nível nacional, esse valor é de 25,7%.

Um dos factores de desigualdade, que pode dificultar a empregabilidade no sector primário, prende-se com o ganho médio, quando comparados os três sectores. Referenciando os valores de 2007, verificamos que em média um trabalhador rural recebe menos 22,5%, cerca de 200 euros.<sup>3</sup> No entanto quando se analisam as diferenças de ganho entre homens e mulheres, apesar de estas receberem em média menos 21,1% do que os homens, no sector primário essa diferença é bastante menor (6,6%).

<sup>3</sup> Refira-se a propósito que no documento publicado pela Comissão de Agricultura e do Desenvolvimento Rural, "Projecto de Relatório sobre o futuro da PAC 2013", 2009/2236(INI), refere que "o rendimento agrícola médio da U.E.27 é inferior a 50% do rendimento médio dos outros sectores económicos" (p.4).



**Quadro 7 - Ganho médio em função do sector de actividade económica (euros)**

	Ganho médio global			Ganho médio no Sector Primário			Ganho médio no Sector secundário			Ganho médio no Sector Terciário		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>1999</b>	626,0	678,0	526,0	389,0	389,0	389,0	581,0	604,0	479,0	667,0	769,0	538,0
<b>2003</b>	731,6	790,5	634,1	512,3	507,2	552,4	715,6	731,1	625,5	749,4	860,9	636,2
<b>2007</b>	864,3	942,9	743,6	670,1	674,3	629,9	842,8	864,4	733,8	882,9	1026,5	750,5

Fonte: SREA/INE, Anuários estatísticos

Por outro lado, se analisarmos o aumento crescente do rendimento médio que se tem verificado em todas os sectores de actividade, é de registar que esse aumento foi superior no sector primário, quando comparado com os aumentos de ganho médio nos outros sectores, entre os anos de 1999 e 2007.

**Quadro 8 - Aumento médio do ganho entre 1999 e 2007, para homens e mulheres por sectores de actividade económica (%)**

Sector Primário			Sector Secundário			Sector Terciário		
Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>72,3</b>	73,4	61,9	<b>45,1</b>	43,1	53,2	<b>32,4</b>	33,5	39,5

De acordo com os dados registados nas Estatísticas da Agricultura<sup>4</sup> o salário médio diário dos trabalhadores agrícolas, em termos de trabalhos gerais, é diferente em cada uma das ilhas.

**Quadro 9 - Salário médio diário dos trabalhadores agrícolas (Trabalhos gerais) - euros**

Ano de ref <sup>a</sup>	Sta. Maria	Terceira	Graciosa	São Jorge	Pico	Faial	Flores
<b>2009</b>	30	30	35	45	45	33	50
<b>2007</b>	30	30	35	34	35	-	40
<b>2005</b>	25	26	30	24,94	24		30

<sup>4</sup> Estatísticas da Agricultura, SREA/INE, 2005,2007 e 2009





## 2.2 - A agricultura como actividade dominante no sector primário dos Açores na actualidade

Numa análise sumária dos indicadores agro-ambientais nos últimos dez anos, podemos concluir que a agricultura dos Açores se especializou na produção de leite e de carne, sendo muito menos significativas as restantes produções agrícolas, como aliás se pode verificar no quadro seguinte que identifica o número de explorações por ilha, por área de produção.

**Quadro 10 - Padrão de especialização (% do número de explorações) – segundo o RGA 1999**

Tipo de exploração	Culturas agrícolas diversas	Horticultura	Viticultura	Fruticultura	Ovinos, caprinos e outros herbívoros	Granívoros	Sistemas policulturais
Ilha							
Sta. Maria	11	-	6	2	5	-	30
São Miguel	20	2	4	13	5	1	18
Terceira	7	2	8	9	4	4	20
Graciosa	8	7	20	3	3	3	40
São Jorge	10	-	6	5	3	2	29
Pico	18	-	23	6	-	-	37
Faial	4	2	1	6	5	-	28
Flores	9	3	-	3	7	-	34
Corvo	2	-	-	-	6	3	20
<b>Total RAA</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>24</b>

Fonte: Recenseamento Geral Agrícola, 1999

Quando se analisa a distribuição por área de produção nas diferentes ilhas, é evidente o fenómeno de especialização diferenciado, que decorre da própria diversidade sócio demográfica e geofísica de cada ilha.

De acordo ainda com o Recenseamento Geral Agrícola de 1999, conforme foi publicado no PRORURAL<sup>5</sup>, São Miguel, São Jorge, Faial e Terceira possuem um quarto das suas explorações dedicado à produção de leite, um pouco mais em São Jorge. Santa Maria, Flores e Corvo investiram na produção de carne, sobretudo Santa Maria. No domínio da Vitivinicultura, Graciosa e Pico são as ilhas com maior percentagem de explorações.

Refira-se que os valores apresentados no quadro anterior datam de 1999 e serão actualizados no próximo Recenseamento Agrícola. No entanto, a realidade observada parece confirmar esta tendência.

Analizando a produção agrícola no seu todo, é evidente a **forte especialização dos Açores no sector da produção de leite e do gado de carne.**

A produção de leite é a actividade com mais expressão na Região Autónoma dos Açores, observando-se, desde 2004, uma tendência contínua de crescimento, tendo atingido os 515 milhões de litros em 2008. De acordo com os últimos dados do Serviço Regional de Estatística, a variação homóloga dos últimos 12 meses, relativa a Fevereiro de 2010 aponta para um crescimento de 4,8 % no leite entregue nas fábricas.

A produção bovina apresentou um crescimento quer de animais adultos, quer de vitelos, tanto em termos de cabeças como de toneladas. Verificou-se uma quase duplicação na produção de vitelos.

As restantes produções agrícolas, particularmente as hortícolas, representavam apenas 1% das explorações da Região em 1999, um valor que será brevemente actualizado e que, certamente, confirmará o seu crescimento.

Segundo as estatísticas agrícolas de 2008, verificou-se um ligeiro aumento da produção de batata e chá.

---

<sup>5</sup> Prorural, Programa de Desenvolvimento Rural da RAA (2007-2013), p.33

Esta foi aliás a avaliação feita na última edição dos “indicadores agro-ambientais”<sup>6</sup> no capítulo da especialização das explorações agrícolas que, no caso dos Açores aumentou de forma significativa entre 1989 e 2007, passando de 58,3% para 90,2%, particularmente no domínio dos animais (83% das explorações em 2007).

Refira-se a propósito da diversificação, que segundo o Comissário Europeu para a Agricultura Dacian Cioloș<sup>7</sup>, “A diversidade é uma verdadeira riqueza para o sector agrícola, não sendo apenas uma questão de escala mas de integração no tecido económico e social”.

### **2.3 – A agro-pecuária e o ordenamento do território**

Segundo o documento PRORURAL<sup>8</sup>, 65 % do solo açoriano está actualmente ocupado pela agricultura, um valor muito superior à realidade nacional (47,9%), sendo que 20,5% é ocupação natural, 9,2% ocupação florestal e 4,6% ocupação artificial.

A importância deste sector económico, particularmente a pecuária, condiciona a ocupação do solo, onde predominam as pastagens. A superfície agrícola na RAA, em 2007 era de 112.054 hectares, sendo a sua maioria ocupada com pastagem permanente (89,3%). As restantes formas de ocupação da SAU (terra arável, horta familiar e culturas arvenses) apesar de presentes em cerca de metade das explorações têm um peso reduzido na SAU.

A % de terrenos agrícolas dedicados à pastagem nos Açores é muito superior à média nacional (33,7% no continente português) ou mesmo europeia (59,8% na UE a 25).

#### **2.3.1 - Ordenamento do território e protecção do ambiente**

Os Açores possuem uma **imagem de marca associada à natureza**, suporte estruturante da promoção turística que é feita desta Região e que os visitantes

---

<sup>6</sup> Indicadores Agro-Ambientais 1989-2007, INE, Ed. 2009, pp.66-74.

<sup>7</sup> Colóquio sobre a Reforma da PAC, Feira de Santarém, Junho 2010

<sup>8</sup> Prorural, edição revista 2010

valorizam como uma mais-valia. Como refere a investigação de Ana Moniz<sup>9</sup>, “A paisagem, a tranquilidade, a natureza, a segurança, a singularidade do destino e a hospitalidade dos residentes são, por conseguinte, os atributos que permitem avaliar a imagem do destino turístico Açores e que mais contribuem para a sua atractividade, encarada num contexto de concorrência global”.

Por esse motivo, a paisagem na qual dominam os terrenos agrícolas, a floresta e as espécies que são criadas e desenvolvidas nesses terrenos, contribui fortemente para a imagem dos Açores.

E, se há traço tradicional na imagem projectada do território insular, é a da “manta de terrenos”, divididos por muros de pedra seca, que a investigação histórica explica ter sido o modo como os povoadores encontraram para limpar os terrenos e definir a propriedade.

Segundo os indicadores agro-ambientais, os Açores foram considerados uma região de nível baixo no que concerne ao balanço entre a **deposição e a remoção de azoto**, contrastando com outras regiões, nomeadamente o litoral Norte, o Centro e a R.A. Madeira, em parte porque nessas regiões, ao contrário dos Açores, predomina a pecuária intensiva, donde resultam quantidades maiores de estrume animal concentrado em zonas de estábulo. Considerando o balanço entre deposição e remoção, na maioria dos municípios dos Açores esse balanço é negativo ou seja, “a agricultura nesta região contribui mais para a remoção do azoto do meio ambiente do que para a sua deposição”<sup>10</sup>.

Em termos do **consumo de água**, a Região possui vantagens acrescidas, por não necessitar de sistema de rega (superfície irrigável inexistente). No que concerne ao **consumo de energia**, seja ao nível da mecanização, (número de tractores/100 *ha* de SAU) ou de abastecimento de “gasóleo colorido”, os Açores situam-se nos níveis mais baixos.

---

<sup>9</sup> Ana Isabel Moniz, a sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão, o caso dos Açores, Ponta Delgada, Ed. Nova Gráfica, 2009:338

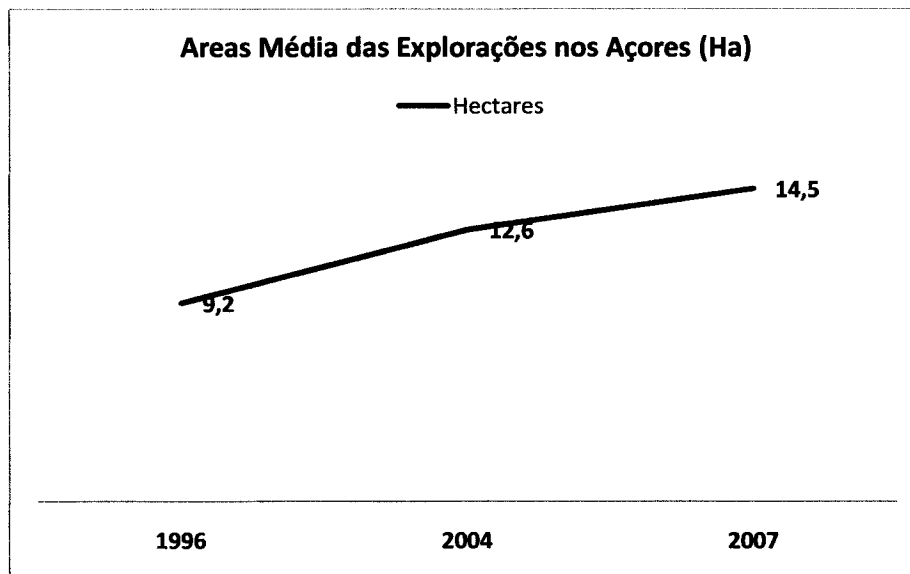
<sup>10</sup> Indicadores Agro-Ambientais, 1999-2007, 2009:88

### 2.3.2 - Dimensão média das explorações

Uma das principais dificuldades da agricultura nos Açores prende-se com a reduzida dimensão das explorações. De acordo com a informação estatística de 2007, a média das explorações agrícolas nos Açores, em termos de SAU, era de 8,5 ha, quando a média nacional foi de 11,4 ha e a média europeia de 15,8 ha.

Se considerarmos a superfície total das explorações, a média em 2007 era de 14,5ha nos Açores (ver gráfico).

**Figura 1 – Área Média das Explorações nos Açores**



Fonte: SRAF (Secretaria Regional da Agricultura e Florestas), 2010

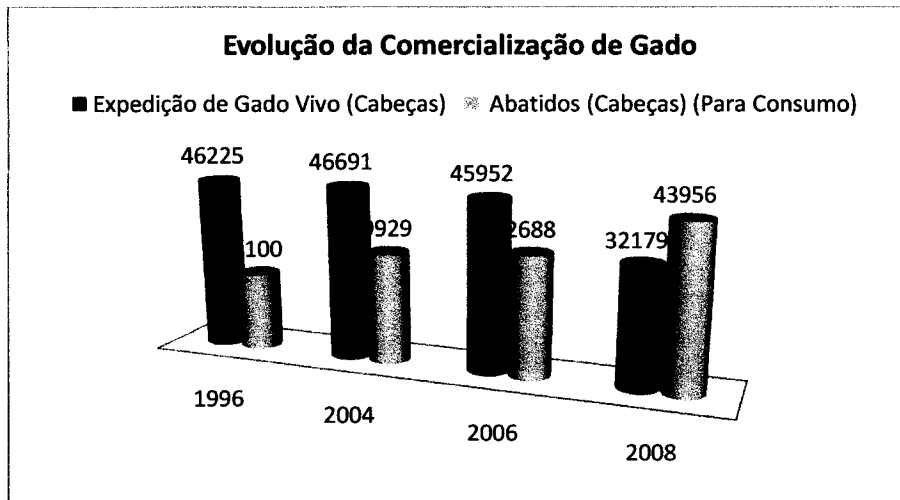
Perante o desafio que se coloca aos produtores de leite, de aumentarem a quantidade de leite produzido e, sobretudo, de melhorarem a qualidade do leite, emparcelar a propriedade é um imperativo. Sem esse aumento da dimensão média da exploração e redução da dispersão das parcelas, torna-se difícil modernizar as explorações, nomeadamente no que diz respeito ao processo de ordenha e consequentemente

melhoria da qualidade, um objectivo que tem no eixo 3 do Prorural<sup>11</sup>, um incentivo disponível, contribuindo por essa via para o aumento da competitividade da produção local.

#### 2.4 - Fileira da carne

Em relação à fileira da carne e de acordo com os dados publicados, verifica-se um crescimento significativo de animais abatidos e aprovados para consumo público.

**Figura 2 – Evolução da Comercialização de Gado**



Fonte: SRAF

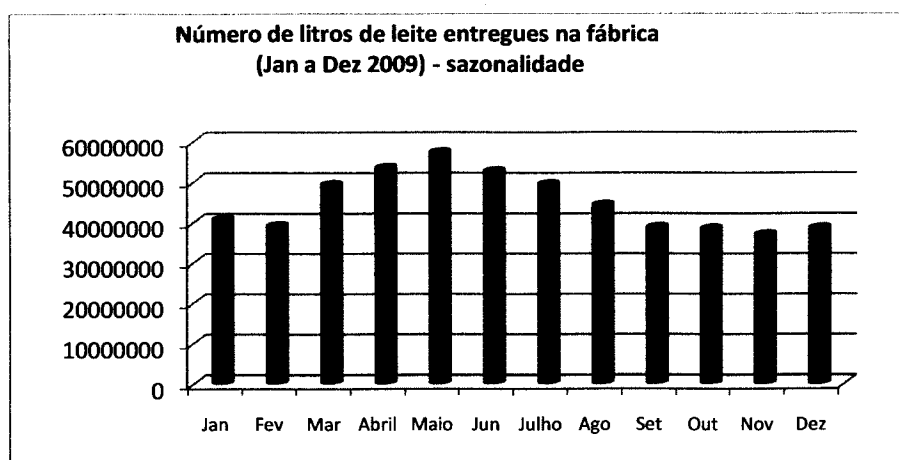
Ao aumento do número de animais abatidos corresponde uma diminuição do número de cabeças de gado expedidas em vivo, conforme se pode verificar no gráfico anterior. Verifica-se ainda que o aumento de abates deve-se essencialmente ao aumento da expedição de carcaças para fora da Região.

<sup>11</sup> Medida 1.5 do Prorural

## 2.5- Fileira do leite

Numa realidade como é o território insular açoriano, a qualidade do leite produzido tem dependido, sobretudo, da melhoria significativa das infra-estruturas, do investimento nas explorações, da formação e da alimentação do gado, que se baseia no consumo de erva fresca e forragens, factor que tem como principal consequência a sazonalidade da produção leiteira.

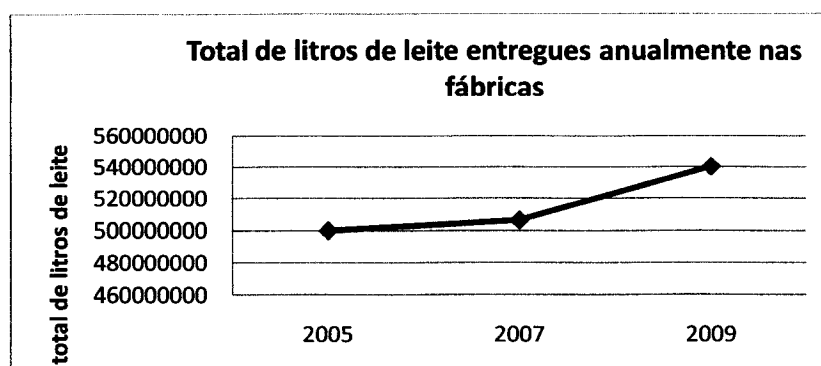
**Figura 3 – Número de litros de leite entregue nas fábricas**



Fonte: SREA – Estatísticas da Agricultura, 2009

Nos últimos anos a quantidade de leite tem aumentado, de forma significativa, totalizando no final do ano de 2009, 540 milhões de litros de leite, quando no final de 2005 eram cerca de 500 milhões.

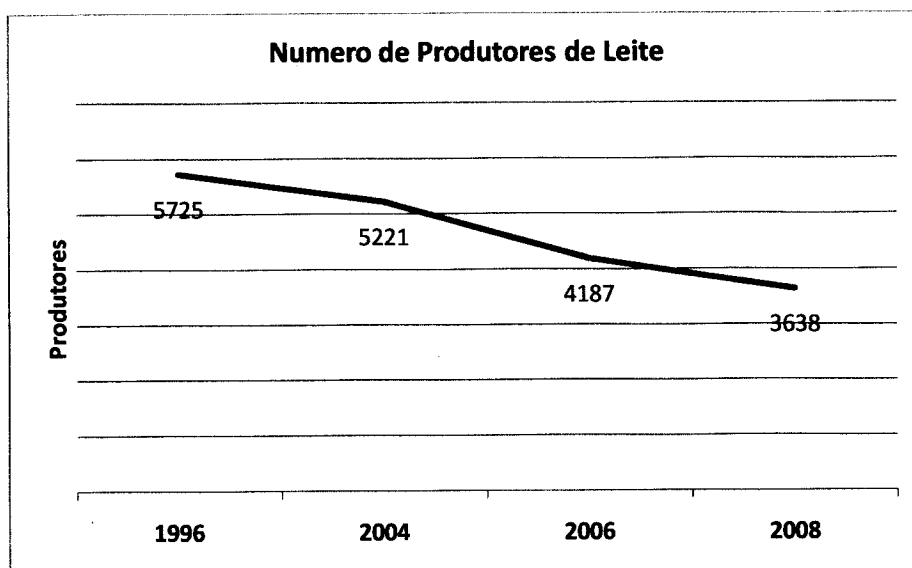
**Figura 4 – Total de litros de leite entregues anualmente nas fábricas**



Fonte: SREA, Estatísticas da Agricultura, 2005,2007 e 2009

Paralelamente o número de produtores tem vindo a diminuir graças às políticas de reestruturação do sector, nomeadamente, o resgate leiteiro e as reformas antecipadas.

**Figura 5 – Número de produtores de leite**

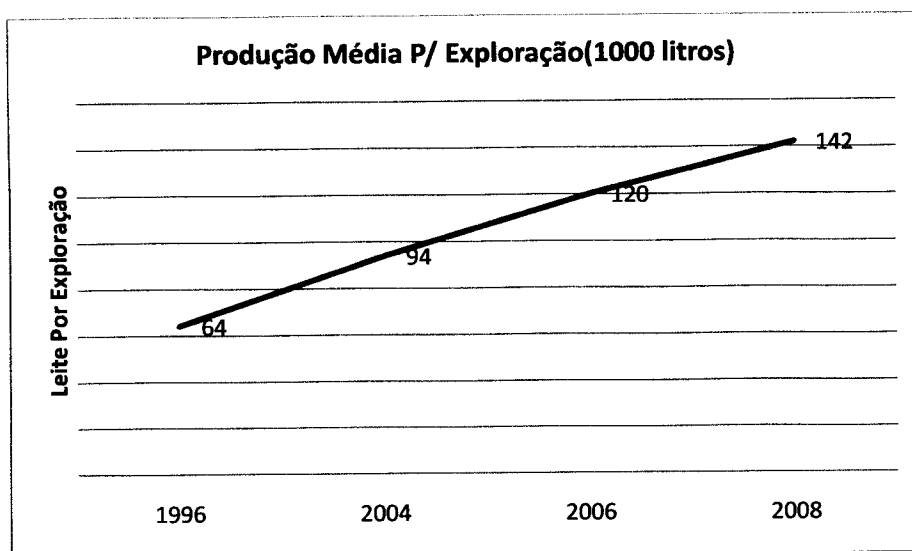


Fonte: SRAF 2010

A produção média por exploração tem vindo a aumentar significativamente, o que constitui factor determinante na competitividade do sector.



**Figura 6 – Produção Média por exploração**



Fonte: SRAF

### 2.5.1 - Regime de quotas leiteiras

“O regime de quotas leiteiras foi aplicado em Portugal a partir de 1 de Janeiro de 1991. A comunidade europeia fixou uma quota de entregas e outra de vendas directas, que foi distribuída pelos produtores de leite com explorações no continente e nas Regiões Autónomas. Entretanto, mercê do estado débil da produção nacional, essas quotas acabaram por ser fixadas para os Açores, substancialmente acima do nível nacional de produção, cerca de 25% acima do nível registado em 1990 (400.000 toneladas, posteriormente reduzidas para 392.000)” (cit Casaca, 2008 in Oliveira, 2009<sup>12</sup>).

Segundo ainda o estudo acima referido, que cita um artigo de Paulo Casaca <sup>13</sup>(2008), “partiu-se do princípio de que a margem de 25% de crescimento era mais do que suficiente para acomodar qualquer crescimento futuro da produção, dado que, como foi defendido publicamente pelo responsável regional da agricultura de então, as

<sup>12</sup> Oliveira, Carlos, Mendes, Armando e Silva, Emiliania, “Quotas leiteiras: aplicação do método Delphi”, August 2009, Centoro de estudos de economia aplicada do Atlântico/Universidade dos Açores-Universidade da Madeira.

<sup>13</sup> Casaca, Paulo, “Quotas leiteiras, saber gerir os interesses dos agricultores açorianos” in Revista “O jovem agricultor”, n.º15 Ano V – Associação dos jovens agricultores micaelenses

condições naturais não permitiriam um crescimento da produção de leite muito acima do que então se verificava”. No entanto, já na campanha de 1999/2000 Portugal ultrapassou a quota de entregas, devido em parte à incidência de produção verificada na Região Autónoma dos Açores.

Actualmente a Região, como foi anteriormente referido, encontra-se a produzir dentro do limite máximo da quota que lhe foi atribuída.

### 2.5.2- Produção de leite nos Açores no contexto nacional

Se atendermos aos dados publicados pelo IFAP<sup>14</sup> os Açores produziram na campanha de 2009/2010 cerca de 510 milhões de quilos de leite<sup>15</sup>, o que equivale a cerca de 525.3 milhões de litros, um valor próximo da quota máxima atribuída à Região (540 milhões de litros). No total de leite produzido no país, ao abrigo do regime de quotas leiteiras, este valor **representa cerca de 30% da produção de leite nacional**.<sup>16</sup> De referir ainda, segundo a mesma fonte (IFAP), apenas nos Açores se verificou um aumento de produção, quando comparado com a campanha de 2008/2009, já que todas as outras regiões registaram um decréscimo, particularmente no Centro e Norte do País.

---

<sup>14</sup> Instituto de Fomento da Agricultura de Portugal/Ministério da Agricultura (portal <http://www.ifap.min-agricultura.pt>)

<sup>15</sup> 1,03 kg de leite corresponde a 1 litro de leite

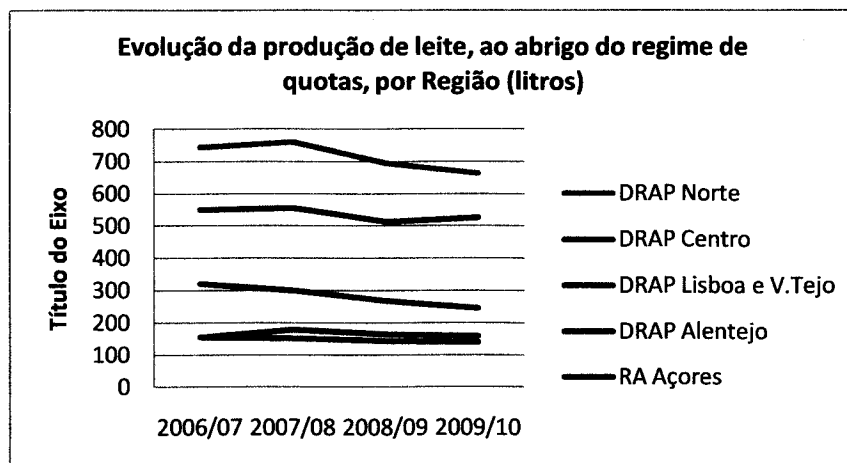
<sup>16</sup> De referir que Portugal no contexto da Comunidade Europeia, representava em 2008, apenas, 1,4% da quota leiteira atribuída aos diferentes Estados membros, quando seis dos 25 países europeus produziam 68,7% do total a quota: Alemanha (19,7%), a França (17,1%), o Reino Unido (10,3%) os Países Baixos (7,8%), a Itália (7,3%) e a Polónia (6,5%). Fonte: Oliveira, 2009:6

**Quadro 11 - Regime de imposição suplementar no leite (quotas leiteiras) – quantidade produzida por Região /Portugal – campanhas de 2006/07 a 2009/10.**

Quotas leiteiras	Milhões de quilos de leite				Milhões de litros de leite			
	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
DRAP Norte	722,7	737,8	674,7	643,3	744,4	759,9	694,9	662,6
DRAP Centro	310,7	290,6	260,3	239,6	320,0	299,3	268,1	246,8
DRAP Lisboa e V. Tejo	150,6	173,4	158,9	154,9	155,1	178,6	163,7	159,5
DRAP Alentejo	149,4	146,6	139,3	136,9	153,9	151,0	143,5	141,0
RA Açores	533,9	538,1	497,8	510	549,9	554,2	512,7	525,3
<b>Total</b>	<b>1867,6</b>	<b>1901</b>	<b>1731,4</b>	<b>1685</b>	<b>1923,6</b>	<b>1958,0</b>	<b>1783,3</b>	<b>1735,6</b>

Fonte: IFAP

**Figura 7 – Evolução de produção de leite, ao abrigo do regime de quotas, por Região**

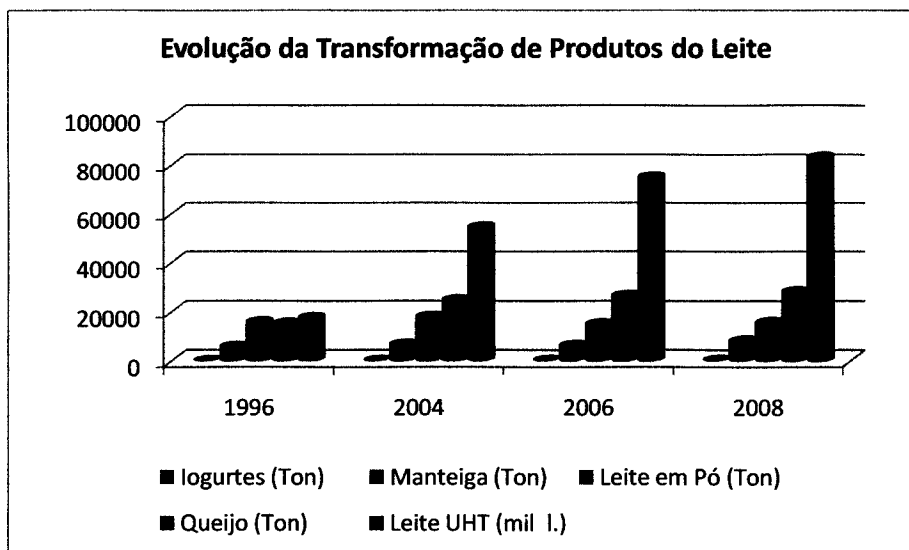


Fonte: IFAP/Ministério da Agricultura

### 2.5.3 – Transformação de Produtos do leite

Produção de queijo representa 60% da produção nacional, tendo a sua produção crescido de forma significativa nos últimos 10-12 anos (ver gráfico)

**Figura 8 – Evolução da transformação de produtos do leite**



## 2.6- IIIº e IVº Quadros Comunitários de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura da Região Autónoma dos Açores

Se considerarmos o período de programação dos fundos europeus entre 2000 e 2006, que corresponde ao IIIº Quadro Comunitário de Apoio, os montantes investidos na Agricultura da Região Autónoma dos Açores (de acordo com a DRACA<sup>17</sup>) totalizaram 272,1 milhões de euros, sendo que 51,1% integrou o fundo FEOGA-O, mais concretamente, o PRODESA, 4,5% corresponde ao LEADER+ e 44,4% ao PDRu-Açores.

<sup>17</sup> Direcção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura

**Quadro 12 - Período de programação entre 2000 e 2006**

<b>PRODESA</b>	<b>FEOGA-O</b>	<b>133.254</b>	<b>50,1%</b>	<b>139.202</b>	<b>51,1%</b>
<b>LEADER +</b>	<b>FEOGA-O</b>	<b>10.741</b>	<b>4,0%</b>	<b>12.316</b>	<b>4,5%</b>
<b>PDRu-Açores</b>	<b>FEOGA-G</b>	<b>122.206</b>	<b>45,9%</b>	<b>120.963</b>	<b>44,4%</b>
<b>Total</b>		<b>266.201</b>	<b>100,0%</b>	<b>272.481</b>	<b>100,0%</b>

Segundo o PRORURAL, esta repartição evidencia o peso dos domínios “Transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais” (23,8%) e “Infra-estruturas relacionadas com o desenvolvimento da agricultura” (17,5%) no apoio ao desenvolvimento rural da região no período 2000-2006.

Estes dois domínios concentravam, em 31 Dezembro de 2005, cerca de 41% da despesa pública aprovada, e traduziram-se, essencialmente, em fortes investimentos de modernização e reestruturação da indústria de lacticínios regional e da Rede Pública Regional de Abate e na construção e beneficiação de caminhos agrícolas e estruturas de abastecimento de água às explorações.

O período em vigor, 2007 – 2013, que integra o IVº Período de Programação, envolve um conjunto de incentivos que ultrapassa os 377 milhões de euros, distribuídos por cinco eixos de intervenção, conforme documenta o quadro seguinte (fonte: DRACA – Prorural<sup>18</sup>)

<sup>18</sup> Direcção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura – Prorural – Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2007-2013.

**Quadro 13 – Dotação Financeira do Período de Programação 2007- 2013**

<b>Eixo 1 - Aumento da Competitividade do Sector Agrícola e Florestal</b>		<b>191.608.826</b>	<b>151.176.471</b>	<b>128.500.000</b>	<b>22.676.471</b>
1.1. Formação Profissional e Acções de Formação	111	4.117.647	4.117.647	3.500.000	617.647
1.2. Instalação de Jovens Agricultores	112	8.823.529	8.823.529	7.500.000	1.323.529
1.3. Reforma Antecipada	113	15.294.118	15.294.118	13.000.000	2.294.118
1.4. Serviços de Gestão e Acompanhamento	114, 115	4.778.887	3.529.412	3.000.000	529.412
1.5. Modernização das Explorações Agrícolas	121	28.219.156	20.235.294	17.200.000	3.035.294
1.6. Melhoria do valor Económico das Florestas	122	4.544.406	3.647.059	3.100.000	547.059
1.7. Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	13	75.036.966	45.529.412	38.700.000	6.829.412
1.8. Cooperação para a promoção da inovação	124	5.500.000	4.705.882	4.000.000	705.882
1.10. Catástrofes naturais	126	588.235	588.235	500.000	88.235
1.11. Melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas	125	44.705.882	44.705.882	38.000.000	6.705.882
<b>Eixo 2 - Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural</b>		<b>136.564.376</b>	<b>135.294.118</b>	<b>115.000.000</b>	<b>20.294.118</b>
2.1. Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas	212	69.411.765	69.411.765	59.000.000	10.411.765
2.2. Pagamentos Agro-Ambientais e Natura 2000	214, 213	51.764.706	51.764.706	44.000.000	7.764.706
2.3. Apoio a investimentos não produtivos	216	1.176.471	1.176.471	1.000.000	176.471
2.4. Gestão do Espaço Florestal	221 a 227	14.211.435	12.941.176	11.000.000	1.941.176
<b>Eixo 3 - Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia</b>		<b>10.262.216</b>	<b>10.262.216</b>	<b>8.722.884</b>	<b>1.539.332</b>
3.1. Diversificação da Economia e Criação de	<b>311,312,313</b>		<b>Eixo 4</b>		

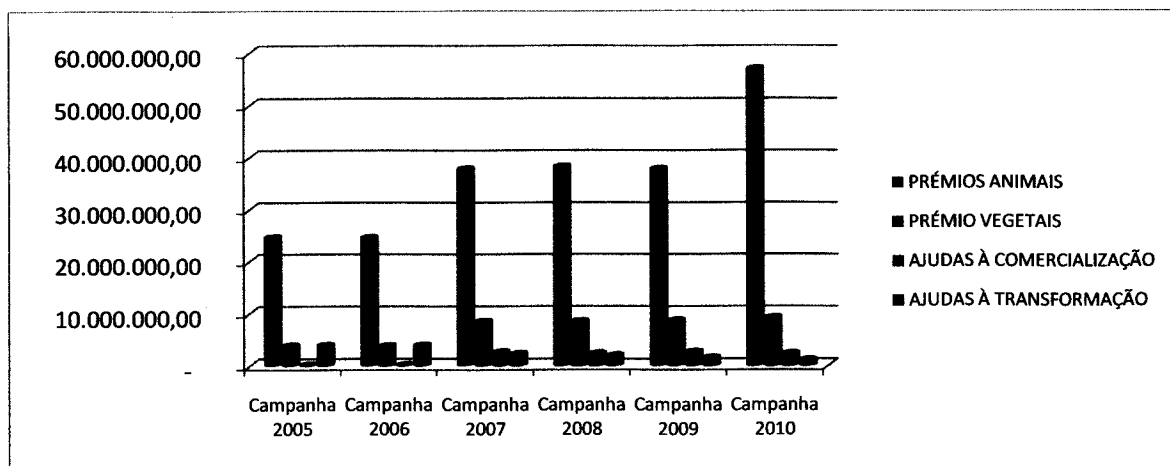
Emprego em Meio Rural

3.2. Melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais	<b>321,323</b>	10.262.216	10.262.216	8.722.884	1.539.332
3.3. Formação e informação	<b>331</b>				
<b>Eixo 4 - Abordagem LEADER</b>		35.182.125	22.026.922	18.722.884	3.304.038
	<b>413</b>				
4.1. Implementação de estratégias de desenvolvimento local	<b>(311,312, 313,321, 323,331)</b>	30.123.302	17.203.393	14.622.884	2.580.509
4.2. Implementação de projectos de cooperação	<b>421</b>	1.176.471	941.176	800.000	141.176
4.3. Funcionamento dos GAL, Aquisição de Competências e Animação dos Territórios	<b>431</b>	3.882.353	3.882.353	3.300.000	582.353
<b>Eixo 5 - Assistência Técnica</b>		<b>4.131.655</b>	<b>4.131.655</b>	<b>3.511.907</b>	<b>619.748</b>
5.1.1. Assistência Técnica	<b>511</b>	4.131.655	4.131.655	3.511.907	619.748
<b>TOTAL</b>		<b>377.749.199</b>	<b>322.891.382</b>	<b>274.457.675</b>	<b>48.433.707</b>

O envelope financeiro viu o reforço em 20 milhões de euros no ano 2010, encaixado na medida 1.5 Modernização das Explorações Agrícolas, em resultado da Decisão do Conselho 2009/61/CE, de 19 de Janeiro, que estabelece o reforço das prioridades comunitárias no âmbito do Desenvolvimento Rural, fomentando os novos desafios para a agricultura açoriana: alterações comunitárias, energias renováveis, gestão da água, biodiversidade e reestruturação do sector leiteiro.

Em termos do POSEI, as ajudas dispensadas entre 2005 e 2010 tendencialmente aumentaram de 32 milhões de euros para cerca de 70 milhões de euros, com especial ênfase para o prémio aos animais.

**Figura 9 - Distribuição das ajudas do POSEI (milhões de euros)**



Fonte: DRACA/POSEI

### **3 - Desafios para o futuro (pontos fortes e pontos fracos do sistema produtivo regional)**

É com base nas audições, visitas e contactos, realizados no âmbito do presente Relatório (Anexo 1) que será analisado no quadro actual da agricultura e do desenvolvimento rural na Região Autónoma dos Açores.

#### **3.1 – Contexto histórico**

##### **Pontos fortes**

- A história dos Açores está marcada por diferentes ciclos de produção agrícola.
- O século XXI poderá representar um período de transição, estimulando a diversificação, quer dentro do sector dos lacticínios, quer ao nível de outras produções agrícolas.
- As entidades consultadas reconhecem a centralidade actual do sector do leite e consideram que, independentemente do crescimento que outros sectores podem e devem ter, há que manter e incrementar as condições para este



sector, seja em infra-estruturas, seja ao nível da melhoria da qualidade da sua produção.

#### **Pontos Fracos**

- A excessiva especialização da agricultura no sector do leite é dominante, podendo condicionar o desenvolvimento de outras actividades que contribuam para o rendimento dos agricultores.

### **3.2 – Ordenamento do território**

#### **Pontos fortes**

- **A biodiversidade é uma das mais-valias das ilhas da Região Autónoma dos Açores.**
- **As ilhas açorianas possuem potencialidades diferentes** e poderão diversificar a sua produção agrícola (frutícola, hortícola, florícola e apícola) de elevada qualidade.
- **Há ilhas onde se verifica uma maior especialização.** Produção de leite, nas ilhas de São Miguel, Terceira e São Jorge; de carne nas ilhas das Flores, de Santa Maria e Pico, sendo que esta tem um forte potencial na vitivinicultura. Em diferentes ilhas outras produções assumem relevância como seja, por exemplo: maçãs, chá, ananás, beterraba, meloa, alhos, entre muitos outros. Recentemente, a floricultura tem assumido um volume crescente na exportação de proteas. De referir ainda, diferentes explorações hortícolas, com produções consistentes.
- **Função social da agricultura** - A eficiência das explorações não deve ser medida só em função da área ou da quantidade, mas também pela rentabilidade que permite ao produtor. Pequenas explorações bem geridas cumprem uma importante função social, nomeadamente, fixam as pessoas.

### Pontos fracos

- **As condições climatéricas** que afectam a Região e a inexistência de seguros de colheitas dificultam o investimento em outras produções agrícolas (diversificação).
- **A dimensão limitada das explorações** é uma das questões incontornáveis do ordenamento do território agrícola nas ilhas, historicamente retalhado em pequenas parcelas desde o povoamento.
- **O apoio actual ao aumento da propriedade agrícola**, na sequência do pedido de reforma antecipada de produtores, tem como limite mínimo, um crescimento de 20% na junção de terrenos, não considerando a realidade e a dimensão da propriedade nas várias ilhas.
- **Dispersão das explorações no território** - dificulta a modernização das explorações, em termos de sistemas de ordenha e aumenta o número de equipamentos.
- **Desmembramento de explorações que foram alargadas por via do emparcelamento**

Os produtores emparcelam durante vários anos e não há garantias de a exploração manter a sua dimensão, quando esta é herdada-

### 3.3 – Agricultura – leite, carne e outras produções

O leite constitui a produção central da agricultura açoriana, seguido da **carne**. **As outras produções, apesar de diminutas têm vindo a crescer**, bem como a área de florestação.

### Pontos fortes

- **O investimento público** realizado nos últimos anos no sector, por exemplo, em infra-estruturas, rede de abate.

- **A tradição agrícola** das populações, particularmente na pecuária e o enraizamento desta actividade na economia, na cultura e na organização social das comunidades açorianas.
- Sermos uma **Região Ultraperiférica** deverá contribuir para a manutenção de determinados apoios comunitários.
- **Produção pecuária com base natural** (pastagem).
- Associação da Região Açores à **qualidade ambiental**.
- **Estatuto sanitário** dos efectivos pecuários.
- Importância do **cooperativismo** nas organizações que integram a cadeia de valor do leite.

#### **Pontos fracos**

- **Percentagem da estrutura financeira das explorações dependente** dos apoios comunitários.
- **Resistência por parte de alguns produtores à inovação e mudança de atitudes**
- **Necessidade de maior adaptação ao sistema natural.** Se forem utilizados mais estábulos, aumenta a poluição concentrada e perde-se a mais-valia que diferencia a qualidade do leite dos Açores.
  - **Para os professores universitários do Departamento das Ciências Agrárias,** há pouca diversidade dos sistemas de produção.
- **Segundo os industriais a grande distribuição condiciona a indústria.**
- **Distância dos mercados** nacional e internacional.
- **Rede de transportes** de mercadorias inadequada e de custo elevado.
- **Baixo consumo de produtos locais** pelos próprios residentes nas ilhas.
- Necessidade de maior **apoio técnico de campo.**
- **Fraca associação entre a agricultura e a indústria do turismo.**
- **Pouca referência aos produtos regionais na restauração e na hotelaria.**

### **3.4 – As quotas leiteiras**

A perspectiva do **fim do regime de quotas leiteiras em 2015 preocupa os produtores açorianos.**

#### **Pontos fortes**

- **A existência do regime de quotas, como sistema de regulação que protege os produtores açorianos, contribuindo para a melhoria da sua capacidade produtiva (aumento do número de litros e da qualidade do leite).**
- **Aumento da quota nos últimos anos – investimento feito pelos produtores na compra de quota e o auto-consumo.**
- **A produção de leite baseada na alimentação com pastagem.**
- **Estabilidade e previsibilidade da produção e da transformação.**

#### **Pontos fracos**

- **A sazonalidade da produção de leite**
- **Pouca diversificação de produtos**
- **Incerteza dos agricultores que compraram quota**
- **Concorrência de outros países após o fim do regime – no contexto europeu, Portugal é um pequeno produtor de leite, apesar da importância que os Açores assumem na produção nacional. Não se conhecem mercados como o Holandês ou o Francês, para se poder perspectivar a entrada nesses mercados.**
- **Universo limitado de mercados.**
- **Dependência dos mercados internacionais dos cereais.**
- **Fraca promoção das qualidades organolépticas, químicas e sanitárias do leite produzido nos Açores.**



### **3.5 – A indústria de lacticínios**

#### **Pontos Fortes**

- **Produtos tradicionais**
- **Existência de produtos DOP**
- **Associação da marca e imagem dos Açores aos seus lacticínios**
- **Qualidade do leite em termos bioquímicos.**
- **Iniciativas de sucesso, mas de fraca expressão, na diversificação de produtos lácteos.**
- **Projectos em curso na área da diversificação dos produtos lácteos.**
- **Pagamento diferenciado ao produtor em função da qualidade do leite entregue.**

#### **Pontos Fracos**

- **Necessidade de maior diversificação dentro do sector dos lacticínios**
- **Baixo nível de inovação.**
- **Alguns produtos que ainda não evidenciam a ligação aos Açores/produção agrícola com base na natureza.**
- **Prazo de validade de muitos produtos lácteos.**
- **Pouca investigação aplicada.**
- **Pouca promoção e marketing dos produtos açorianos em meios de grande difusão (ex. Televisão).**
- **Pouca auto-estima do consumidor açoriano, perante os produtos lácteos regionais.**

### **3.6 – A produção de carne**

#### **Pontos Fortes**

- **Rede regional de abate em fase de conclusão.**



- Existência de carne certificada (IGP).
- Classificação da carcaça.
- Boa aceitação da carne dos Açores no mercado nacional.
- Carne produzida na pastagem.

#### **Pontos Fracos**

- Baixa produção de carne IGP.
- Falta de organização da fileira.
- Baixa produtividade do sector.
- Inexistência de rendimento regular.
- Fraca orientação da produção para o mercado.
- Fraca industrialização /transformação da carne.

### **3.7 - Diversificação Agrícola**

#### **Pontos fortes**

- Grande diversidade de produtos.
- Qualidade dos produtos.
- Produtos tradicionais, como o chá, o ananás e outros.
- Apetência crescente do consumidor por produtos hortofrutícolas.
- Apoios existentes no sistema de incentivos e ajudas directas.
- Proximidade aos mercados locais.
- Potencial de crescimento do sector, em particular em ilhas com menor vocação para o leite, em produtos diferenciados.
- Potencial de crescimento na produção biológica.

#### **Pontos fracos**

- Baixa produção.



- **Fraca organização dos produtores/individualismo.**
- **Vulnerabilidade perante o clima.**
- **Pouco profissionalismo do sector.**
- **Elevada concorrência de produtos oriundos do exterior**

#### **4 Propostas e Recomendações para uma nova PAC**

Os Açores são uma Região Ultraperiférica que tem na agricultura o **seu principal sector produtivo**, com impacto social, cultural, ambiental, paisagístico e económico.

Na sequência da análise feita, considerando a situação actual do sector, as potencialidades (pontos fortes) e as vulnerabilidades (pontos fracos) que resultaram da auscultação efectuada junto das entidades ligadas às diferentes fileiras de produção, entende o Grupo Parlamentar do PS propor um conjunto de **recomendações e medidas, que deverão ser consideradas na futura Política Agrícola Comum**, assegurando, por essa via, a continuidade e a sustentabilidade da actividade agrícola na Região Açores.

##### **I. Medidas estruturais de promoção, incentivo e desenvolvimento da agricultura**

###### **1. Manter os dois pilares da PAC:**

- **Ajudas directas ao rendimento** – Aumento do envelope financeiro das ajudas directas, participado a 100% pela União Europeia, como compensação do desmantelamento do regime de quotas leiteiras;
- **Desenvolvimento Rural** – Aumento do envelope financeiro ao desenvolvimento rural, em particular o financiamento destinado à modernização agrícola e à indústria agro-alimentar;



- 2. Manter a PAC como uma política verdadeiramente comum, impedindo-se a sua renacionalização;**
- 3. Criar medidas que contrariem a desregulamentação dos mercados e a sua completa liberalização;**
- 4. Permitir a máxima flexibilização na aplicação dos apoios;**
- 5. Considerar a importância específica da agricultura para a Região Autónoma dos Açores, na distribuição interna dos montantes disponibilizados pela União Europeia a Portugal;**
- 6. Manter as ajudas directas ligadas à produção;**
- 7. Simplificação do processo de atribuição das ajudas com redução da burocracia;**
- 8. Garantir os fundos comunitários necessários para a continuação da reestruturação do sector agro-pecuário regional:**
  - **No ordenamento agrário** – melhoria das condições de trabalho e redução de custos;
  - **Na sanidade animal e vegetal** – reforço do actual estatuto sanitário da Região;
  - **Na informação e formação profissional;**
  - **No apoio e acompanhamento do investimento privado, nomeadamente ao nível da:**
    - Melhoria da estrutura fundiária, designadamente no apoio à compra de terras e ao redimensionamento das explorações.
    - Modernização das explorações agrícolas
    - Modernização do tecido das agro-indústrias, em particular, o apoio a projectos de diversificação e produtos com valor acrescentado.
- 9. Compensar os produtores pela criação de “Bens Públicos” como:**





- Alimentos seguros e de qualidade;
- Contributo para o auto-abastecimento;
- Ordenamento do território e sua ocupação;
- Preservação do ambiente, da paisagem rural, património cultural, natural e edificado;
- Coesão económica e social;
- Manutenção da biodiversidade;
- Manutenção da diversificação e multifuncionalidade da agricultura e sua importância para a manutenção do espaço rural;

**10. Promover a agricultura como sector que potencia o desenvolvimento, incrementando a vitalidade das zonas rurais na sua diversidade;**

**11. Criar um apoio ou compensação aos agricultores, através do Fundo de crédito de carbono, em função das pastagens como actividade potenciadora do sequestro de carbono;**

**12. Considerar o agricultor como “provedor da paisagem”;**

**13. Incentivar os intervenientes das várias fileiras a se organizarem em estruturas interprofissionais, como forma de promover a investigação, a modernização, a estratégia de desenvolvimento das diversas produções e constituírem-se como interlocutores junto dos órgãos de decisão;**

**14. Criar um seguro europeu de risco agrícola;**

**15. Criar um envelope financeiro, no âmbito dos fundos destinados à agricultura, para o transporte de produtos agro-pecuários inter-ilhas e para fora da Região, considerando-se esta como uma medida de grande alcance.**

**16. Reforçar os incentivos, ao nível europeu, ao associativismo e cooperativismo agrícolas, promovendo a existência de organizações fortes, autónomas e**

suportadas do ponto de vista técnico e com gestão profissional, reforçando a sua capacidade negocial junto dos parceiros de fileira;

17. **Reforçar as medidas de incentivo à investigação científica aplicada**, reforçando a proximidade entre as universidades e as equipas de investigação aos produtores e suas estruturas representativas, desenvolvendo pesquisas que respondam às necessidades sentidas no campo;

## II. **Medidas específicas para o sector do leite e lacticínios**

Portugal deve defender o **sector leiteiro como estratégico**, tendo em consideração que a economia dos Açores, depende, em larga escala de forma quer directa, quer indirecta, do sector dos lacticínios. **O sistema de quotas é aquele que melhor defende uma Região com limitação natural da sua área.**

Na previsível extinção do actual sistema, propomos:

18. **O adiamento do desmantelamento** por um período de cinco a dez anos;
19. A criação de **medidas de regulação do mercado**, que visem equilibrar a oferta e a procura;
20. A criação de medidas que exijam aos países terceiros e controlem a **aplicação generalizada das normas laborais, ambientais e de qualidade**, nomeadamente ao nível das condições de higiene e sanitárias, idênticas às que são exigidas na U.E, como factor de justiça concorrencial;
21. A criação de **regras obrigatórias de rotulagem** e de comercialização na grande distribuição, que permita ao consumidor identificar claramente a origem dos produtos, o seu modo de produção e a separação entre produtos de marca e as denominadas “marcas brancas”, evitando confusão no consumidor.
22. **O reforço dos incentivos à diversificação dos produtos lácteos** para conquistar novos mercados, apoiados em estratégias de marketing e valorização dos produtos;

**23. O reforço do envelope financeiro do POSEI – Açores, designadamente nas medidas específicas de apoio às explorações de leite, nomeadamente o prémio aos produtos lácteos e vacas leiteiras;**

**III. Medidas específicas para o sector da carne**

Considerando que a carne representa para algumas das ilhas açorianas uma actividade relevante, importa continuar a criar condições para o aumento da sua competitividade, baseada em produções ambientalmente sustentáveis, com prática amigas do ambiente, e que incentivem o abate e a exportação de carne por substituição gradual da expedição de gado em vivo.

**24.** Continuar e reforçar os incentivos comunitários à indústria da carne, tendo como objectivo a diversificação e a valorização de produtos de valor acrescentado.

**25.** Majorar os apoios ao rendimento, no sector da carne, com origem em métodos de produção natural, baseado em pastagens naturais, com respeito pelo meio ambiente e pelo bem-estar animal.

**IV. Medidas específicas para a área da diversificação**

**26.** Reforçar os incentivos comunitários à **criação de centrais de processamento para as áreas da diversificação**, apoiando os planos estratégicos e operacionais já em vigor, incentivando a concentração, a organização, o aumento da dimensão e a valorização dos produtos, tendo em vista a sua competitividade.

**27.** Defender, no caso dos Açores, que as **medidas de apoio à comercialização das áreas da diversificação** (hortícolas, frutícolas, florícolas, Apícolas ou outras) sejam canalizadas via Organizações de Produtores, independentemente da sua figura jurídica, como forma de criação de dimensão crítica para o mercado e de

condições de controlo da qualidade, contribuindo para o incremento significativo ao escoamento de produtos Regionais, na sua grande maioria provenientes de explorações de cariz eminentemente familiar;

**V. Medidas a favor do Emparcelamento**

**Para além de outras medidas, algumas já em vigor, sugerem-se as seguintes:**

- a. Medidas que facilitem e permitam a permuta anual de terra em determinadas percentagens máximas, entre produtores beneficiários das ajudas comunitárias ao rendimento ou ao investimento, durante o período de compromissos assumidos, desde que promovam o emparcelamento das explorações;**
- b. Medida específica de incremento ao emparcelamento que implica alteração da legislação portuguesa**
  - i. Criar medidas legislativas que impeçam a divisão das explorações, no caso de sucessão ou heranças, evitando-se que explorações que levam anos a emparcelar e/ou a aumentar a respectiva área, sejam divididas por motivo de partilha de herdeiros.**

## **SÚMULA**

O presente relatório sobre matéria de interesse regional está longe de ser um trabalho acabado. É um contributo do GPPS para a discussão e apresentação de propostas que visa o futuro da PAC e da agro-pecuária da Região, estando aberto a contributos de outras forças políticas, designadamente em sede de Comissão parlamentar.

O GPPS irá dar continuidade a este trabalho, acompanhando todas as negociações e desenvolvimento deste processo, ao nível Regional, Nacional e Europeu, promovendo, eventualmente, iniciativas legislativas na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e sendo agente de pressão quer ao nível Nacional quer Europeu, na defesa dos mais altos interesses dos Açores em matéria de agricultura e desenvolvimento rural e demais aspectos económicos, sociais, de saúde, ambientais, patrimoniais e culturais do sector.

Com esta iniciativa e este entendimento, pretende-se uma PAC:

- Forte, com regras comuns assentes nos seus dois pilares, mantendo e reforçando o primeiro pilar, com ajudas 100% comunitárias;
- Que discrimine positivamente as especificidades das suas Regiões Ultra Periféricas, em particular aquelas, como a Região Autónoma dos Açores, cuja economia depende fortemente do sector agrícola, com repercussões transversais na sociedade e na ocupação do território;
- Que apoie a competitividade da agricultura e a sua orientação para o mercado, sem contudo liberalizar por completo o sector, mantendo ou criando regras de regulação dos mercados;
- Que garanta o rendimento justo dos agricultores, como produtores de bens essenciais e de bens públicos que os consumidores não pagam;

- Que adopte políticas que defendam as especificidades de uma Europa de Regiões, no caso concreto, que tenham em consideração a importância que o sector do leite e lacticínios possui para os Açores.

**Anexo 1 - Contactos, audições e visitas efectuadas no âmbito da realização do presente relatório, realizadas pelo Grupo de Trabalho**

<b>Data</b>	<b>Local</b>	<b>Entidade</b>
<b>27 a 28 de Abril</b>	<b>Ponta Delgada</b>	<b>XII Congresso de Agricultura organizado pela Federação Agrícola dos Açores</b>
<b>3 a 5 de Maio</b>	<b>São Jorge</b>	<b>Associações agrícolas Fábrica de Rações Agrogema Produtores agrícolas da zona do Topo Exploração agrícola do Eng.º Pedro Silveira Cooperativa dos Lourais Uniqueijo Copifrutos</b>
<b>11 e 13 de Maio</b>	<b>São Miguel</b>	<b>Profrutos Associação de Jovens Agricultores Fábrica da Gorreana (Chá) Exploração de hortícolas de Luis Estrela (Calhetas-R.Peixe) Unileite Lactaçoeres Bel – Lacto-Ibérica Exploração de Agricultura biológica</b>
<b>21 e 22 de Maio</b>	<b>Faial</b>	<b>Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial (CALF) Exploração leiteira nos Cedros Exploração de Proteas em Pedro Miguel Exploração de hortícolas (alfaces) Associações Agrícolas Cooperativa Hortícola</b>
<b>31 de Maio, 1 e 2 de Junho</b>	<b>Terceira</b>          <b>Graciosa</b>	<b>Universidade dos Açores/Departamento de Ciências Agrárias Unicol Pronicol Associações agrícolas Direcção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura Açorcarnes – empresa de acabamento e exportação de carne e outros produtos Fruter – cooperativa de frutícolas e hortícolas  Exploração de lacticínios Pronicol Unicol Matadouro da ilha Graciosa Exploração de Proteas Queijaria Canto Brum Adega e Cooperativa da Ilha Graciosa Associações agrícolas Produtor de carne</b>
<b>9 de Junho</b>	<b>Lisboa</b>	<b>Grupo de Peritos para a análise da Reforma da PAC Deputados do Partido Socialista na SubComissão de Agricultura</b>
<b>10 e 11 de Junho</b>	<b>Santarém</b>	<b>Feira Nacional de Agricultura Colóquios sobre a Reforma da PAC (eurodeputados) e os Seguros agrícolas.</b>
<b>14 de Junho</b>	<b>São Miguel</b>	<b>Associação Agrícola de São Miguel Federação Agrícola dos Açores</b>

### Fontes consultadas

- Casaca, Paulo, “Quotas leiteiras, saber gerir os interesses dos agricultores açorianos”, in Revista “*O jovem agricultor*”, n.º 15, Ano V, Ed. Associação dos Jovens Agricultores.
- Moniz, Ana Isabel, *A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão, o caso dos Açores*, Ponta Delgada, Ed. Nova Gráfica, 2009.
- Oliveira, Carlos, Armando Mendes e Emília Silva, “Quotas leiteiras: aplicação do método Delphi”, August 2009, *Centro de estudos de economia aplicada do Atlântico/Universidade dos Açores-Universidade da Madeira*.
- PRORURAL – *Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores, 2007-2013*, Governo dos Açores, 2007, revisto em Janeiro 2010.

### Fontes estatísticas sobre a Agricultura

- Anuários Estatísticos (2005 a 2009), SREA/INE
- Estatísticas da Agricultura, 2009
- Indicadores Agro-Ambientais – 1989-2007, Lisboa, INE, 2009
- Portal do Instituto de Fomento da Agricultura de Portugal – <http://www.ifap.min-agricultura.pt>
- Recenseamento Geral Agrícola, 1999